

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL****CÂMARA MUNICIPAL****ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL REALIZADA NO DIA 9 DE NOVEMBRO DE 2017**

Aos nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezassete, reuniu extraordinariamente no gabinete do Sr. Vice-Presidente, a Câmara Municipal de São Pedro do Sul, sob a presidência do Sr. Vítor Manuel de Almeida Figueiredo, Presidente da Câmara Municipal e com a presença dos Srs. Vereadores Dr. Daniel David Gomes Martins, Dr. Pedro Miguel Mouro Lourenço, Dr.^a Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho, Dr. José Manuel da Silva Tavares, Dr. Francisco José de Matos e Eng.^o Nuno Filipe Miranda Henriques de Almeida.

ABERTURA

Verificada a existência de quórum foi declarada aberta a presente reunião, quando eram onze horas e dez minutos, passando a Câmara Municipal a ocupar-se dos seguintes assuntos: -----

DELIBERAÇÃO N.º 475/17 - REGIME EXCECIONAL DE CONTROLO PRÉVIO RELATIVO À RECONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS DESTRUÍDOS OU GRAVEMENTE DANIFICADOS EM RESULTADO DE CATÁSTROFE: -----

Analizado o documento remetido pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, constante do registo MyDoc nº 18278, que aqui se dá por integralmente reproduzido, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a proposta apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal com o seguinte teor: “Proposta: Regime excecional de controlo prévio relativo à reconstrução de edifícios destruídos ou gravemente danificados em resultado de incêndios florestais - Tendo em vista a reconstrução de edifícios destruídos ou danificados em resultado de incêndios florestais, e considerando a área de reconstrução urgente delimitada pela Autoridade Nacional de Proteção Civil, conforme declaração em anexo 1, propõe-se à apreciação camarária, tendo em vista a submissão à Assembleia Municipal, para deliberação, nos termos do art. 4 do Decreto-Lei nº 130/2017, de 9/10, o seguinte: - Listagem dos edifícios abrangidos situados na área delimitada acima mencionada – anexo 2; - No caso de edifícios destinados a habitação poderá ficar dispensada, por se considerar excessivamente onerosa, mediante análise caso a caso, consoante a intervenção a efetuar: - A apresentação dos elementos instrutórios mencionados no nº. 3 do art. 19 do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação, Fiscalização e Taxas (RMUEFT), nos termos e condições estabelecidos nas respetivas alíneas; - A apresentação dos elementos instrutórios mencionados no nº. 4 do art. 19 do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação, Fiscalização e Taxas (RMUEFT); - É concedida isenção de taxas incidentes sobre a comunicação prévia ou licença e a autorização de utilizadas quando apresentadas no âmbito do regime excecional supra citado; - A deliberação será válida pelo prazo de um ano a contar da sua publicação por edital, nos termos do nº 5 do art. 4 acima citado.” -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: Nesta altura, quando eram onze horas e trinta minutos, nada mais havendo a tratar, deu-se a presente reunião por encerrada, dela para tudo



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL

constar, se lavrando a presente ata que vai ser assinada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal Vítor Manuel de Almeida Figueiredo, pela Chefe da Divisão Administrativa, Dr.^a Ana Teresa Soares de Melo Camarate de Campos Seia de Matos e por mim, António Miguel Perdigoto Girão, Coordenador Técnico da Secção de Expediente Geral.-----

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

A CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA,

O COORDENADOR TÉCNICO DA SECÇÃO DE EXPEDIENTE GERAL,